



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO - RS
SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 005/2015
TIPO MENOR PREÇO EMPREITADA GLOBAL

DERLY HELDER, Prefeito Municipal De Espumoso, RS, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, torna público, o presente certame licitatório, na modalidade **TOMADA DE PREÇO**, do tipo **MENOR PREÇO**, sob a forma de **EXECUÇÃO INDIRETA**, regime **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, para conhecimento dos interessados que, às **09 horas do dia 12 de Maio de 2015**, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, sito à Praça Arthur Ritter de Medeiros, s/nº, Bairro Centro, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 16.414/2013, se reunirá com a finalidade de receber os documentos e propostas para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE CAPEAMENTO ASFÁLTICA COM CBUQ, NA RUA PEDRO LUIZ FASSIONI, TRECHO ENTRE A AVENIDA FERNANDO FERRARI, PASSANDO PELA RUA RUI BARBOSA, DÉCIO MARTINS COSTA, ISIDORO MARCHESE ATÉ A ESQUINA COM A RUA PEDRO SIQUEIRA NO MUNICÍPIO DE ESPUMOSO/RS, NUMA ÁREA TOTAL DE 6.978 M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA**, cujo processo e julgamento serão realizados em conformidade com as disposições da Lei nº 8.666/93, Processos Administrativos nº 103.521/2015, bem como as condições a seguir estabelecidas:

Poderão participar as empresas do ramo pertinente ao objeto ora licitado, cadastradas no Município de Espumoso, ou que apresentarem toda a documentação necessária para o cadastro até o terceiro dia anterior ao fixado para o recebimento das propostas.

1. OBJETO

1.1 Constitui objeto da presente licitação a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE CAPEAMENTO ASFÁLTICA COM CBUQ, NA RUA PEDRO LUIZ FASSIONI, TRECHO ENTRE A AVENIDA FERNANDO FERRARI, PASSANDO PELA RUA RUI BARBOSA, DÉCIO MARTINS COSTA, ISIDORO MARCHESE ATÉ A ESQUINA COM A RUA PEDRO SIQUEIRA NO MUNICÍPIO DE ESPUMOSO/RS, NUMA ÁREA TOTAL DE 6.978 M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA**, conforme Memorial Descritivo, Planilha de Orçamento, Cronograma Físico-Financeiro, em anexo.

Valor Estimado: R\$ 409.043,88 (quatrocentos e nove mil, quarenta e três reais e oitenta e oito centavos)

Data Base: SINAPI/Janeiro 2015

Prazo de Execução: 60 dias

RECURSO: Contrato de Repasse Nº 803382/2014/MCIDADES/CAIXA

PROCESSO: Nº 2617.1016460-83/2014

2. HABILITAÇÃO PRÉVIA (CREDENCIAMENTO)

2.1 Todos os documentos devem conter prazo de validade ou expedidos em data não superior a 30 (trinta) dias à data do certame;

2.2 Para efeitos de cadastramento, os interessados deverão apresentar até o 3º (terceiro) dia anterior a data do certame, junto a Prefeitura Municipal de Espumoso, no Setor de Licitações, sito na Praça Arthur Ritter de Medeiros, s/nº, os seguintes documentos:



2.2.1 Declaração que atende ao disposto no artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal n.º 4.354-02;

2.2.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) cédula de identidade;
- b) registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

2.1.3 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Negativa de Débitos quanto à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- d) prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos em lei - INSS;
- f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943 – CNDT;

2.1.4 – HABILITAÇÃO TÉCNICA

- a) Registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Sul (CREA/RS) ou visto da mesma, no caso de empresas não sediadas no Estado;
- b) Prova de a empresa possuir no quadro funcional permanente, na data da publicação deste edital, profissional de nível superior, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obras e/ou serviços de complexidade tecnológica operacional equivalente ou superior ao objeto desta licitação, devidamente atestado pelo CREA, da seguinte forma:
 - a prova de a empresa possuir no quadro permanente, profissional de nível superior, será feita, em se tratando de sócio da empresa, por intermédio da apresentação do contrato social e no caso de empregado, mediante cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
 - a prova de que o profissional é detentor de responsabilidade técnica, será feita mediante apresentação de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, contendo as seguintes informações: nome do contratado e do contratante, identificação do tipo ou natureza da obra, localização da obra, período de execução e descrição dos serviços executados e suas quantidades;



2.1.5 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com a indicação do n.º do Livro Diário, número de registro na Junta Comercial e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa, cujos índices mínimos aceitáveis já apurados pela aplicação da seguinte fórmula:

$$\begin{aligned} \text{LIQUIDEZ INSTANTÂNEA:} & \frac{AD}{PC} = \text{índice mínimo: (*)} \\ \text{LIQUIDEZ CORRENTE:} & \frac{AC}{PC} = \text{índice mínimo: (*)} \\ \text{LIQUIDEZ GERAL:} & \frac{AC + ARLP}{PC + PELP} = \text{índice mínimo: (*)} \\ \text{GERÊNCIA DE CAPITAIS DE TERCEIROS:} & \frac{PL}{PC + PELP} = \text{índice mínimo: (*)} \\ \text{GRAU DE ENDIVIDAMENTO:} & \frac{AT}{PC + PELP} = \text{índice máximo: (*)} \end{aligned}$$

(*) definir

Onde: AC = Ativo Circulante; AD = Ativo Disponível; ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo; AP = Ativo Permanente; AT = Ativo Total; PC = Passivo Circulante; PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo; PL = Patrimônio Líquido.

Os valores mínimos para tais indicadores são:

LC ≥ 1,00

LG ≥ 1,00

ET ≤ 0,50

Observação 1: É vedada substituição do balanço por balancete ou balanço provisório, podendo aquele ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

Observação 2: Licitantes que aguardam a autenticação do balanço patrimonial pela Junta Comercial poderão apresentar o protocolo de envio do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) a Receita Federal do Brasil.

b) A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar, no envelope de habilitação,



declaração de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos neste edital.

c) As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e no art. 34 da Lei n.º 11.444, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, no envelope de habilitação, declaração de que se enquadram no limite de receita referido acima, além de todos os documentos previstos neste edital.

d) A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 2.1.4, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos neste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 02 (dois) dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

e) O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

f) A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 2.1.4 alínea "e", implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

2.2 Os documentos constantes dos itens 2.1.2 a 2.1.4 poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião ou por funcionário do Município ou publicação em órgão de imprensa oficial. Sendo que os documentos do item 2.1.3 poderão, ainda, serem extraídos de sistemas informatizados (internet) ficando sujeitos à verificação de sua autenticidade pela Administração.

2.3 Não serão aceitos documentos via fax, nenhum protocolo de entrega em substituição aos documentos anteriormente mencionados.

3. DAS CONDIÇÕES DAS PROPOSTAS

3.3. Os documentos necessários à habilitação e as propostas serão recebidas pela Comissão de Licitação, no dia, na hora e local mencionados no preâmbulo, em uma via assinada na sua última folha e rubricada nas demais, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, em envelopes distintos, fechados, e identificados respectivamente como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE ESPUMOSO
TOMADA DE PREÇO Nº 005/2015
ENVELOPE Nº 001 - DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE - (Nome da empresa)

AO MUNICÍPIO DE ESPUMOSO
TOMADA DE PREÇO Nº 005/2015
ENVELOPE Nº 002 - PROPOSTA FINANCEIRA
PROPONENTE - (Nome da empresa)

3.1 Para a habilitação o licitante deverá apresentar no envelope nº 01:

• "Sentinela do Progresso." •



- a) Certificado de Registro Cadastral atualizado fornecido pelo Município de Espumoso.
- b) Certidão negativa de débito junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.
- c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- d) Certificado de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante.
- f) Declaração nos termos do Decreto Federal 4.354, de 05 de Setembro de 2002 (Anexo III) .
- g) **Documentos da pessoa responsável por assinar o contrato pretendido.**
- h) **Se o proponente for representado por procurador, deverá juntar procuração com poderes para decidir a respeito dos atos constantes da presente licitação.**
- i) Comprovante de Enquadramento Fiscal, em caso de ME ou EPP;
- j) **Caso a empresa não se faça representar, apresentar Declaração de renúncia aos prazos recursais.**

l) Capacitação técnica – operacional: comprovação do licitante possuir **na data prevista para entrega da proposta**, atestado de capacidade técnica devidamente certificado pelo CREA, comprovando a mesma ter executado, em obras de recapeamento em CBUQ os quantitativos mínimos de serviços, conforme descrito abaixo, sendo que cada item de serviço deverá ser atendido na totalidade por um dos atestados ou certidões apresentadas, ou seja, não será admitido o somatório de quantitativos oriundos de mais de um atestado ou certidão para o atendimento de cada um dos itens de serviços. São eles:

Pintura de Ligação	11.273,20 m ²
Execução de CBUQ	397,31 m ³

m) Equipe Técnica – deverá ser apresentada os técnicos responsáveis pela condução dos trabalhos, através de uma relação dos técnicos de nível superior e de nível auxiliar médio, até o nível de encarregado. Para cada técnico de nível superior relacionado deverá ser apresentado o curriculum vitae e a **declaração de autorização de inclusão e de disponibilidade de seu nome na proposta**, devidamente assinado pelo técnico e pelo responsável da proposta, sendo que estes profissionais deverão participar da obra e/ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Contratante;

n) Equipamentos – Declaração formal, sob as penalidades cabíveis, conforme art.30, parágrafo 6º, da Lei 8.666/93, da relação e da disponibilidade dos equipamentos mínimos necessários para execução desta licitação, a saber:

Equipamentos de Terraplenagem:

- 1 – Motoniveladora
- 1 – Escavadeira Hidráulica
- 1 – Retroescavadeira
- 1 – Rolo Pé-de-Carneiro
- 1 – Rolo Liso
- 1 – Caminhão Pipa
- 7 – Caminhões basculantes (caçamba)

Equipamentos de Asfalto

- 1 – Vibro Acabadora com controle eletrônico
- 1 – Rolo Compactador de Pneus

• "Sentinela do Progresso." •



- 1 – Rolo Tanden Liso
- 1 – Caminhão Espargidor
- 1 – Vassoura Mecânica
- 1 – Placa Vibratória

o) Junto à relação dos equipamentos deverá ser relaciona instalações de britagem e usina de asfalto a quente, com Licença de Operação da FEPAM em vigor, cujas cópias deverão figurar em anexo. No caso em que as instalações de britagem ou a usina de asfalto não for de propriedade do licitante, deverá ser apresentada declaração de disponibilidade do proprietário para atendimento da Tomada de Preços 001/2015, com firma reconhecida em Cartório, cumpridas as determinações deste subitem.

p) Declaração que a usina está a uma distância em relação à obra que permita que a massa asfáltica chegue dentro limites de temperatura estabelecidos pela norma do DAER.

q) Deverá ser apresentado pela empresa participante o projeto completo de engenharia do CBUQ a ser controlado pela fiscalização de acordo com especificações de serviços do DAER.

r) Informar as densidades soltas, compactadas e o teor de CAP no CBUQ.

s) Atestado de visita ao local das obras, realizado **no dia 04 de Maio de 2015 às 9:00 hs**, a ser feita pelo responsável técnico, acompanhado pelo Engenheiro Walter Adriano Zarpelon, o qual atestará esta visita. Telefone para marcar a visita: (054) 3383.4450, ramal 204;

t) Todos os documentos do sub item 3.1 poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião ou por funcionário do Município ou por publicação em órgão da imprensa oficial.

u) Todos os documentos devem conter prazo de validade ou expedidos em data não superior a 30 (trinta) dias à data do certame;

3.2 O envelope nº 02 deverá conter:

- a) Proposta financeira, rubricadas em todas as páginas e assinada na última, pelo representante legal da empresa, mencionando o valor por item a ser pago pela execução do serviço objeto desta licitação, onde deverão estar incluídos todos os custos com material, mão-de-obra, inclusive BDI (impostos, taxas, contribuições sociais, lucro de empreendimento, etc.), sendo que estes valores deverão ser cotados em moeda corrente nacional.
- b) As propostas deverão ser apresentadas datilografadas/digitadas, datadas e assinadas, isentas de emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, constando no mínimo os seguintes tópicos:
 - ✓ Orçamento (com preço unitário e total do material e mão-de-obra), conforme objeto do edital;
 - ✓ Cronograma físico-financeiro contendo as etapas de execução e as respectivas parcelas de pagamento, bem definidas, assinadas pelo responsável técnico legalmente habilitado.

Observação.: Os itens do orçamento e do cronograma físico-financeiro deverão ser apresentados pela ordem e especificação.

- c) Declaração do proponente de que se responsabiliza pela execução das obras e/ou serviços e pela fiel observância das especificações técnicas, assinada, também, pelo responsável técnico legalmente habilitado, conforme ANEXO II;



- d) Prazo mínimo de validade da proposta de 60 dias, a contar da data designada para a entrega dos envelopes desta licitação. Se na proposta não constar o prazo de validade, subentende-se 60 dias;
- e) Previsão de início dos trabalhos e conclusão da obra: Conclusão em até 60 (sessenta) dias, conforme cronograma proposto pela empresa participante, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço pelo Departamento de Engenharia do Município;
- f) A empresa proponente deverá identificar o seu representante legal que irá assinar o contrato a ser firmado com o Município, com a devida qualificação, ou seja, nome completo, nacionalidade, estado civil, profissão, nº do CPF, nº da cédula de identidade e endereço residencial.

Observação: Quaisquer inserções na proposta eu visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

4. DO JULGAMENTO

- 4.1 Esta licitação é do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** e o julgamento será realizado pela Comissão Julgadora, utilizando os critérios definidos neste edital.
- 4.2. No local, dia e hora estipulados neste Edital, a Comissão de Licitação, em sessão pública, receberá os dois envelopes lacrados.
- 4.3. Esta licitação será processada e julgada nos termos e formas previstas na Lei n.º 8.666-93 com suas alterações posteriores.
- 4.4. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, será utilizado o sorteio, em ato público, a ser realizado pela comissão na reunião para abertura das propostas.
- 4.5. Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desacordo com este instrumento ou com preços exorbitantes ou inexequíveis.

5. CRITÉRIO DE DESEMPATE

- 5.1 Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e as empresas de pequeno porte que atenderem ao item 2.2, deste edital.
- 5.1.2. Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor.
- 5.1.3. A situação de empate somente será verificada após ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto.
- 5.2. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:
 - a) A microempresa ou a empresa de pequeno porte, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 02 (dois) dias, nova proposta por escrito, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.
 - b) Se a microempresa ou a empresa de pequeno porte, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas ou empresas de pequeno porte, que se enquadrarem na hipótese do item 2.2 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista na alínea *a* deste item.
 - c) Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem em serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.



5.3. As demais hipóteses de empate terão como critério de desempate o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

6. DOS RECURSOS

6.1. Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do art. 109 da Lei n.º 8.666-93.

7. DOS PRAZOS

7.1. Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 05 (cinco) dias, convocará o vencedor para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 41 da Lei n.º 8.666/93.

7.2. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do prazo constante do item 5.1.

7.3. Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, ou então, revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa, no valor correspondente a 10 % (dez por cento) do valor do contrato e mais suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, conforme artigo 47 inciso III da Lei n.º 8.666-93.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

8.1. As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

- 1191 – Recapeamento Asfáltico Vias Urbanas – Rua Pedro Luiz Fassioni.
- 1007– Calçamento e Pavimentação de Vias Urbanas.
- 4490.51.00.00.00 – Obras e Instalações, conforme Lei Municipal Nº 3615/2015

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

9.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA em até 30 (trinta) dias, em moeda corrente nacional, após a execução das obras e/ou serviços e **consequente medição** pela fiscalização da Administração Municipal; mediante apresentação da nota fiscal ou nota fiscal fatura, devidamente regularizada em seus aspectos fiscais e formais e **conforme for liberado pela GIDUR/CAIXA-PF, em conformidade com o Contrato de Repasse Nº 803382/2014/MCIDADES/CAIXA, Processo Nº2617.1016460-83/2014**

PARÁGRAFO ÚNICO: Somente serão pagos os valores que forem apresentados pela medição da fiscalização municipal e ratificados pela fiscalização da CAIXA.

9.2 O pagamento da primeira parcela ficará condicionado à apresentação dos seguintes documentos:

- ✓ Matrícula da Obra no INSS;
- ✓ Anotação de Responsabilidade Técnica (ART-CREA), referente execução da Obra;
- ✓ No último pagamento ficará retido o percentual de 5% (cinco por cento) condicionado à apresentação da Certidão Negativa de Débito da Obra, fornecida pelo INSS, certidão esta que integrará o conjunto de documentos indispensáveis na aceitação provisória da obra.



- ✓ Os pagamentos não isentarão a CONTRATADA das responsabilidades assumidas, quaisquer que sejam, nem implicará na aceitação definitiva dos serviços executados.
- ✓ Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Administração poderá restabelecer a relação pactuada, nos termos do art. 65, II, Letra “d” da Lei 8.666/93, mediante a comprovação documental e requerimento expresso da CONTRATADA.
- ✓ Não serão efetuados quaisquer pagamentos à CONTRATADA enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

9.3 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do presente CONTRATO, dentro dos limites previstos o § 1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

9.4 Nos pagamentos serão deduzidos os impostos instituídos por Lei.

10. DO CONTRATO:

10.1. Sem prejuízo de plena responsabilidade da contratada, os serviços prestados pela presente licitação serão fiscalizados pelo Município, aprovados ou rejeitados pela contratante, através do Departamento Municipal de Engenharia e Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento.

10.2. A Secretaria competente designará um fiscal do contrato, que ficará com a responsabilidade de acompanhar a fiel execução do contrato.

10.3. A contratada prestará todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender, prontamente, mantendo no local do serviço a supervisão necessária, tendo um representante ou preposto para tratar com o Município.

10.5 A contratada ao não satisfizer os compromissos assumidos serão aplicadas as seguintes penalidades:

a) **ADVERTÊNCIA:** sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido, e desde que ao caso não se apliquem as demais penalidades.

b) **MULTA:** no caso de atraso ou negligência na entrega dos materiais e prestação dos serviços, será aplicada multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor do contrato.

c) Caso a contratada persista descumprindo as obrigações assumidas serão aplicadas nova multa, correspondente a 10% (dez por cento) do valor total contratado e rescindido o contrato de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.

d) Outras penalidades: em função da natureza da infração, o Município aplicará as demais penalidades previstas na Lei n.º 8.666-93.



10.6. Do contrato a ser assinado com o vencedor da licitação constará, além das cláusulas consignadas anteriormente, as demais cláusulas necessárias previstas no art. 55 da Lei n.º 8.666-93, e as possibilidades de rescisão do contrato, na forma determinada nos arts. 77 a 79 da referida lei.

10.7. Será firmado um contrato com a empresa vencedora, conforme ANEXO I, de acordo com a Lei n.º 8.666/93 e suas alterações. Sendo que a Prefeitura Municipal convocará a empresa vencedora para assinatura do Termo de Contrato, que deverá ser celebrado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da convocação.

11. Da execução do Contrato:

11.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada qual pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato.

11.3. A Contratada assume única e exclusivamente a responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.

11.4. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo representante da Administração, Setor de Engenharia, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando ao preposto da empresa o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, podendo as ocorrências serem registradas no Diário de Obra.

11.5. Antes de iniciar a obra, a empresa vencedora deverá apresentar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), ao setor de obras para receber a ordem de serviço para iniciar a obra, a qual deverá ser providenciada num prazo de até dez dias após a assinatura do contrato.

12. Da inexecução e da rescisão do Contrato:

12.1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei.

12.1.1. Constituem motivos para rescisão do Contrato às hipóteses previstas no art. 77, 78 da Lei 8.666/1993.

13 – DA VIGÊNCIA:

13.1 O contrato terá vigência de 60 (sessenta) dias, a contar da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado até os limites máximos da Lei 8.666/93.

14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1 Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender quaisquer das disposições do presente licitação.

14.2 Em nenhuma hipótese será concedido prazo para a apresentação da documentação e propostas exigidas na licitação e não apresentadas na reunião de recebimento.

14.3 Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.

14.4 Só terão direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e os contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da comissão julgadora.



- 14.5** Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à documentação, não serão admitidos à licitação os participantes retardatários.
- 14.6** A participação nesta licitação implicará em plena aceitação aos termos e condições desta Tomada de Preços e seus anexo, bem como das normas administrativas vigentes.
- 14.7** O licitante vencedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado inicialmente, devidamente atualizado, conforme prevê o artigo 65 inciso II parágrafo primeiro.
- 14.8** A presente licitação é regida pelas condições deste convite e pela Lei Federal N.º 8.666/93.
- 14.9** Os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas, serão resolvidos pela Comissão de Licitação, que se valerá dos dispositivos legais regedores da matéria.
- 14.10** A Contratada se obriga:
- 14.10.1** a substituir, no prazo máximo de uma semana, sob sua responsabilidade material, mão de obra ou outros empecilhos esteja prejudicando o bom andamento dos trabalhos;
- 14.10.2** a refazer as suas expensas, quaisquer serviços em desobediência às Normas Técnicas vigentes, bem como os que não forem aceitos pela Contratante;
- 14.10.3** a remover, após a conclusão dos trabalhos, restos de materiais e lixos de qualquer natureza, provenientes da obra, objeto da licitação;
- 14.10.4** a cumprir e fazer cumprir todas as Normas Regulamentadoras sobre a medicina e Segurança do Trabalho.
- 14.11** Se a empresa enviar representante que não seja sócio-gerente ou diretor, far-se-á necessário credenciamento, com menção expressa de conferência de amplos poderes, inclusive para o recebimento de intimações e para desistência de recursos. A não apresentação do credenciamento não implica a inabilitação do licitante, mas impede de manifestar-se nas sessões.
- 14.12** Dúvidas sobre o Edital e/ou quanto às especificações técnicas do objeto desta licitação, deverão ser apresentadas na forma de ofício, inclusive via fax-símile, endereçados ao **“Setor de Licitações – Tomada de Preço nº 005/2015”** e serão respondidas expressamente aos interessados e demais licitantes até 24 horas antes da abertura da licitação.
- 14.13** Maiores informações serão prestadas aos interessados no horário das 7h às 13h, na Prefeitura de Espumoso, no Setor de Licitações, sito na Praça Arthur Ritter de Medeiros, ou pelo fone 54 3343 4464.

14.14 INTEGRA DO EDITAL DISPONÍVEL NO SITE: <http://www.espumoso.rs.gov.br/publicacoes/editais>

Espumoso - RS, 24 de Abril de 2015.

DERLY HELDER
Prefeito



ANEXO I

MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ()-2015

CONTRATAÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS NA MODALIDADE DE EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

O **MUNICÍPIO DE ESPUMOSO - RS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Borges de Medeiros S/N, na cidade de Espumoso – RS, inscrito no CNPJ sob n.º 87.612.743/0001.09, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **DERLY HELDER**, doravante denominado **Contratante**, de um lado e, do outro, a empresa (), estabelecida à (), na cidade de () inscrita no CNPJ sob n.º (), neste ato representada pelo **SR. ()**, inscrito no CPF sob o nº (), doravante denominada **Contratada**, ajustam entre si, e na melhor forma de direito, o presente **Contrato, objetivando a contratação das obras e serviços na Modalidade de Execução Indireta, em regime de Empreitada por Preço Global**, autorizado no Processo Administrativo nºs 103.521/2015, que instruiu o certame licitatório, na modalidade **Tomada de Preço nº 005/2015**, regendo-se através das normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado, com adoção das seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1** Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo, a CONTRATADA se obriga a executar, mediante execução indireta, em regime de empreitada por preço global, para execução das obras de engenharia com vistas à capeamento e sinalização de vias públicas - **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE CAPEAMENTO ASFÁLTICA COM CBUQ, NA RUA PEDRO LUIZ FASSIONI, TRECHO ENTRE A AVENIDA FERNANDO FERRARI, PASSANDO PELA RUA RUI BARBOSA, DÉCIO MARTINS COSTA, ISIDORO MARCHESE ATÉ A ESQUINA COM A RUA PEDRO SIQUEIRA NO MUNICÍPIO DE ESPUMOSO/RS, NUMA ÁREA TOTAL DE 6.978 M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA**, necessários à completa e perfeita implantação de todos os elementos definidos, em conformidade com Memorial Descritivo, Planilha de Orçamento, Cronograma Físico-Financeiro, os quais anexos ao presente instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os serviços serão executados em conformidade com a Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro, apresentados pela Licitante vencedora, o qual é parte integrante do presente processo.

1.2 . A empreiteira executora, ao iniciar as obras e serviços, deverá apresentar os seguintes documentos:



- Anotação de Responsabilidade Técnica (ART-CREA), referente a execução da obra;
- Matrícula da Obra no INSS.
-

1.3 A empreiteira executora, ao iniciar as obras e serviços, deverá colocar placas de identificação, conforme modelos fornecidos pelo Município, sendo que estas deverão ser removidas do local, quando da conclusão da obra.

1.4 Este Contrato vincula-se ao **EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS nº 005/2015** e seus anexos, publicado em e à proposta comercial apresentada pela Contratada para o referido processo licitatório.

1.5 CONTRATADA também deverá fornecer as ferramentas, equipamentos, máquinas e materiais indispensáveis à execução das obras e serviços,

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO, PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

2.1. O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, em moeda corrente nacional, a quantia total de R\$ () (), sendo de material o valor de R\$ () () e mão-de-obra o valor de R\$ () (), da seguinte maneira:

a) em até 15 (quinze) dias, em moeda corrente nacional, após a execução das obras e/ou serviços e **consequente medição** pela fiscalização da Administração Municipal; mediante apresentação da nota fiscal ou nota fiscal fatura, devidamente regularizada em seus aspectos fiscais e formais e **conforme for liberado pela GIDUR/CAIXA-PF, em conformidade com o Contrato de Repasse Nº 803382/2014/MCIDADES/CAIXA, Processo Nº2617.1016460-83/2014.**

PARÁGRAFO ÚNICO: Somente serão pagos os valores que forem apresentados pela medição da fiscalização municipal e ratificados pela fiscalização da CAIXA.

2.2 O pagamento da primeira parcela ficará condicionado à apresentação dos seguintes documentos:

- ✓ Matrícula da Obra no INSS;
- ✓ Anotação de Responsabilidade Técnica (ART-CREA), referente execução da Obra;

2.3 A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do presente CONTRATO, dentro dos limites previstos o § 1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

2.4 Nos pagamentos serão deduzidos os impostos instituídos por Lei.

2.5 No último pagamento ficará retido o percentual de 5% (cinco por cento) condicionado à apresentação da Certidão Negativa de Débito da Obra, fornecida pelo INSS, certidão esta que integrará o conjunto de documentos indispensáveis na aceitação provisória da obra, onde o prazo máximo para apresentação da mesma será de até 20 dias após a Emissão do Termo de Aceitação Provisória da Obra.

2.6 Os pagamentos não isentarão a **CONTRATADA** das responsabilidades assumidas, quaisquer que sejam, nem implicará na aceitação definitiva dos serviços executados.



2.7 Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Administração poderá restabelecer a relação pactuada, nos termos do art. 65, II, Letra "d" da Lei 8.666/93, mediante a comprovação documental e requerimento expresso da **CONTRATADA**.

2.8 Não serão efetuados quaisquer pagamentos à **CONTRATADA** enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

3.1. O presente contrato poderá ser alterado para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da Contratada e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, conforme possibilita o art. 65, II, d), da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE ENTREGA

4.1. O prazo para conclusão das obras e serviços será de 30 (trinta) dias, sendo que o início deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias a contar do recebimento da Ordem de Serviço, sendo esta sua vigência.

4.2. As prorrogações de prazo somente poderão ser concedidas, a pedido da **CONTRATADA**, através de requerimento amplamente fundamentado, dirigido à fiscalização, pelo menos 15 (quinze) dias antes de vencer-se o prazo original.

5. CLÁUSULA QUINTA - EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E ACEITAÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS

5.1. A execução dos serviços objeto deste contrato dar-se-á dentro das condições estabelecidas neste instrumento contratual, de conformidade com as plantas, memoriais, anexos e demais peças componentes do projeto mencionadas no objeto, sendo que a **CONTRATADA** compromete-se a executá-lo com zelo, probidade, eficiência e responsabilidade, atendendo os requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança previstos nas pertinentes "Normas Técnicas", formuladas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

5.2. Caberá à **CONTRATADA** o planejamento da execução das obras e serviços nos seus aspectos administrativos e técnicos, mantendo no canteiro de obras e instalações provisórias, depósito de materiais e equipamentos necessários.

5.3. A **CONTRATADA** colocará na direção geral dos serviços, com presença permanente, profissional devidamente habilitado com aptidões imprescindíveis ao normal andamento das obras e consecução do projeto.

5.4. A **CONTRATADA**, sem prejuízo de sua responsabilidade, deverá comunicar à fiscalização exercida pelo Município, qualquer anormalidade verificada na execução das obras e serviços ou, ainda, no controle técnico dos mesmos, qualquer fato que possa colocar em risco a segurança e a qualidade das obras e sua execução dentro do prazo pactuado.



5.5. O Município poderá determinar a paralisação dos serviços por motivo de relevante ordem técnica e de segurança ou, no caso de inobservância e/ou desobediência às suas determinações, cabendo à **CONTRATADA**, quando as razões da paralisação lhe forem imputáveis, todos os ônus e encargos decorrentes.

5.6. Quaisquer erros ou imperícias na execução, constatados pelo Município obrigam a **CONTRATADA**, à sua conta e risco, a corrigir ou reconstruir as partes impugnadas das obras, sem prejuízo das responsabilidades atribuídas a quem tiver dado causa.

5.7. Na conclusão dos serviços, a **CONTRATADA** deverá remover todo o equipamento utilizado e o material excedente, o entulho ou eventuais obras provisórias de qualquer espécie, entregando a obra e as suas áreas contíguas rigorosamente desimpedidas.

5.8. Fica expresso que a fiscalização da execução dos serviços objeto desta Licitação será exercida pelo Município ou por pessoa por ele designada.

5.9. A **CONTRATADA** manterá sob sua guarda e à disposição da fiscalização, uma via do Contrato de Empreitada com todas as partes integrantes e todas as modificações autorizadas e demais documentos administrativos e técnicos relacionados às obras.

5.10. No diário de obras serão lançadas diariamente pela **CONTRATADA** todas as ocorrências das obras, tais como: serviços realizados, entradas e saídas de materiais, anormalidades, chuvas, substituições de engenheiros, mestres e/ou demais empregados, fiscais, entrada e saída de equipamentos, entre outras considerações de relevância.

5.11. A **CONTRATADA** deverá prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo **CONTRATANTE**, cujas reclamações se obriga a atender pronta e irrestritamente.

5.12. O Município poderá exigir a retirada do local da obra de prepostos da **CONTRATADA** que não estejam exercendo suas tarefas ou se comportando a contento, bem como a substituição de todo e qualquer material e/ou equipamento impugnado pela Administração Municipal.

5.13. As obras e serviços impugnados pelo **CONTRATANTE**, no que concerne a sua execução ou à qualidade dos materiais fora do especificado e padrões exigidos, deverão ser imediatamente adequados, sob pena de incidir a **CONTRATADA** nas penalidades previstas neste contrato.

5.14. As obras e serviços objeto do presente contrato serão recebidos:

5.14.1 Provisoriamente, após a conclusão das obras e serviços, solicitado ao Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal no mesmo processo de emissão da última fatura, data a partir da qual iniciará a contagem para recebimento definitivo da obra.

5.14.2 Definitivamente, após decorrido o prazo de observação de 60 (sessenta) dias, contados da data de aceitação provisória e verificação da adequação do objeto aos termos contratuais, lavrar-se-á termo circunstanciado por servidor designado, onde o **CONTRATANTE** emitirá o **CERTIFICADO DE ACEITAÇÃO**



DEFINITIVA das obras e serviços, com ressalva da obrigação do artigo 618 do Código Civil Brasileiro, senão pronunciar-se-á por escrito sobre deficiências porventura constatadas durante o período de observação ou ainda pendentes de solução.

5.15. A aceitação definitiva das obras e serviços não exonerará a **CONTRATADA**, nem os seus técnicos, da responsabilidade civil e técnica por futuros eventos decorrentes ou relacionados com a execução das obras e serviços, inclusive pelo prazo de 05 (cinco) anos a que alude o artigo 618 do Código Civil Brasileiro.

5.16. Os serviços a serem executados preveem obediência às Normas Técnicas da ABNT e às normas dos fabricantes dos materiais e equipamentos.

5.17. A execução de todos os serviços obedecerá rigorosamente às indicações constantes do Projeto Executivo, definido no item 1.1 do Edital.

6. CLÁUSULA SEXTA - RESPONSABILIDADES

6.1. A **CONTRATADA** reconhece, por este instrumento, que é responsável, em qualquer caso, por danos ou prejuízos que, eventualmente, venham a sofrer o **CONTRATANTE**, coisa, propriedade ou pessoa de terceiros, em decorrência da execução das obras e serviços, correndo às suas expensas, sem responsabilidade ou ônus para o **CONTRATANTE**, os ressarcimentos ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam motivar. A responsabilidade da **CONTRATADA** é integral, nos termos da legislação licitatória, defesa do consumidor e do Código Civil Brasileiro, não sendo a fiscalização dos serviços motivo para diminuição de sua responsabilidade.

6.2. Correrão por conta, responsabilidade e risco da **CONTRATADA**, as consequências de sua imprudência, imperícia ou negligência de seus empregados ou prepostos, notadamente:

6.2.1. imperfeição ou insegurança das obras e serviços;

6.2.2. furto, perda, roubo, deterioração ou avaria de materiais ou equipamentos;

6.2.3. acidentes de qualquer natureza com materiais, equipamentos e máquinas, empregados seus ou de terceiros, na obra ou em decorrência dela.

6.3. A **CONTRATADA** se obriga a manter em constante e permanente vigilância sobre os serviços executados, bem como sobre materiais, equipamentos, máquinas e sinalização, cabendo-lhe toda a responsabilidade por qualquer perda ou dano que venha a sofrer.

6.4. A **CONTRATADA** assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade do **CONTRATANTE** relativamente a esses encargos, inclusive os que contratualmente advierem de prejuízos causados a terceiros.

6.4.1. Além dos encargos e responsabilidades atribuídas à **CONTRATADA** em cláusulas específicas, esta ainda deverá prevenir todo e qualquer risco de acidente de trabalho, pondo em prática todas as normas concernentes à Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho expedidas pelo Ministério do Trabalho, mediante entrega dos Equipamentos de Proteção Individual, devendo fiscalizar e disciplinar a sua efetiva utilização.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES E MULTAS

7.1. DA CONTRATADA:



7.1.1. advertência por escrito sempre que verificadas pequenas irregularidades, para as quais a **CONTRATADA** tenha concorrido;

7.1.2. sem prejuízo de outras cominações, a **CONTRATADA** ficará sujeita às seguintes multas:

a) de até 10% (dez por cento) do valor do contrato, pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas e/ou legislação pertinente;

b) de até 10% (dez por cento) sobre o total atualizado do contrato, na hipótese de inexecução total, senão incidirá sobre o valor representativo da parcela inexecutada ou executada com imperfeição ou em desacordo com as especificações previstas no objeto deste contrato.

7.1.3. suspensão do direito de licitar, num prazo de até 02 (dois) anos, dependendo da gravidade ou falta;

7.1.4. declaração de inidoneidade para licitar e contratar nos casos de falta grave;

7.1.5. na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei;

7.1.6. as penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, a critério do **CONTRATANTE**, admitida sua reiteração; sem o prejuízo do direito de ampla defesa da **CONTRATADA**;

7.1.7. quando a **CONTRATADA** motivar rescisão contratual será responsável pelas perdas e danos decorrentes para o **CONTRATANTE**.

7.2 DAS PENALIDADES DO CONTRATANTE:

7.2.1. no caso de atraso imotivado do pagamento do valor ajustado, o **CONTRATANTE** sofrerá multa de 10% (dez por cento) sobre o total atualizado da inadimplência.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

8.1.1. por mútuo acordo entre as partes contratantes, havendo conveniência para a Administração Municipal;

8.1.2. por ato unilateral ou escrito do **CONTRATANTE**;

8.1.2.1. não cumprimento ou cumprimento irregular das obrigações contratuais;

8.1.2.2. paralisação imotivada dos serviços, sem prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;

8.1.2.3. subcontratação total ou parcial do objeto contratado sem prévia autorização à **CONTRATANTE**;

8.1.2.4. razões de interesse público;

8.1.2.5. judicialmente, nos termos da legislação processual;

8.1.2.6. liquidação judicial ou extrajudicial, concordata ou falência da **CONTRATADA**.

8.2. Verificada a infração do contrato, o **CONTRATANTE** notificará a **CONTRATADA**, por carta, telegrama ou judicialmente, para que purgue a mora, no prazo fixado, sem prejuízos de responder por perdas e danos resultantes dessa mora.

8.3. A **CONTRATADA** indenizará o **CONTRATANTE** por todos os prejuízos que a este vier a causar em decorrência da rescisão deste contrato por inadimplemento de suas obrigações.

8.4. Uma vez rescindido o presente contrato, e desde que ressarcido de todos os prejuízos, o **CONTRATANTE** poderá efetuar à **CONTRATADA** o pagamento de:

8.4.1. serviços corretamente executadas de conformidade com os projetos;



- 8.4.2. devolução e/ou pagamento dos equipamentos existentes nos locais;
- 8.4.3. outras parcelas, a critério do Município.

8.5. No caso do **CONTRATANTE** vir a recorrer à via judicial para rescindir o presente contrato, ficará a **CONTRATADA** sujeita à multa convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor global deste contrato, além das perdas e danos, custas processuais e honorários de advogado, estes fixados em 20% (vinte por cento) do valor envolvido.

9. CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

- 1191 – Recapeamento Asfáltico Vias Urbanas – Rua Pedro Luiz Fassioni.
- 1007– Calçamento e Pavimentação de Vias Urbanas.
- 4490.51.00.00.00 – Obras e Instalações, conforme Lei Municipal Nº 3615/2015

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA

10.1. A **CONTRATADA** prestará garantia ao contrato em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do seu valor global, que lhe será devolvida mediante solicitação por escrito, após a completa execução do contrato e entrega do **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DA OBRA**, descontado, se for o caso, o valor das multas porventura aplicadas.

10.2. A garantia deverá ser apresentada por uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública.
- b) Seguro-Garantia.
- c) Fiança Bancária.

10.3. A Garantia, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS

11.1. Este Contrato regula-se pela Lei nº 8.666/93, pelas suas Cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral de contratos e as disposições de direito privado.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. As modificações que venham a ser introduzidas ao presente contrato somente terão validade se expressamente autorizadas pelo **CONTRATANTE**, mediante aditamento.

12.2. A **CONTRATADA** não poderá sub-empregar os serviços objeto deste contrato, salvo com autorização do **CONTRATANTE**, sob pena de rescisão prevista em "7.1.2.3", supra.

12.3. A **CONTRATADA** se obriga a manter atualizadas, durante a execução deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL
ESPUMOSO



12.4. Constituem-se peças integrantes do presente contrato as cópias das plantas, memoriais, anexos e demais peças do projeto.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUCESSÃO E FORO

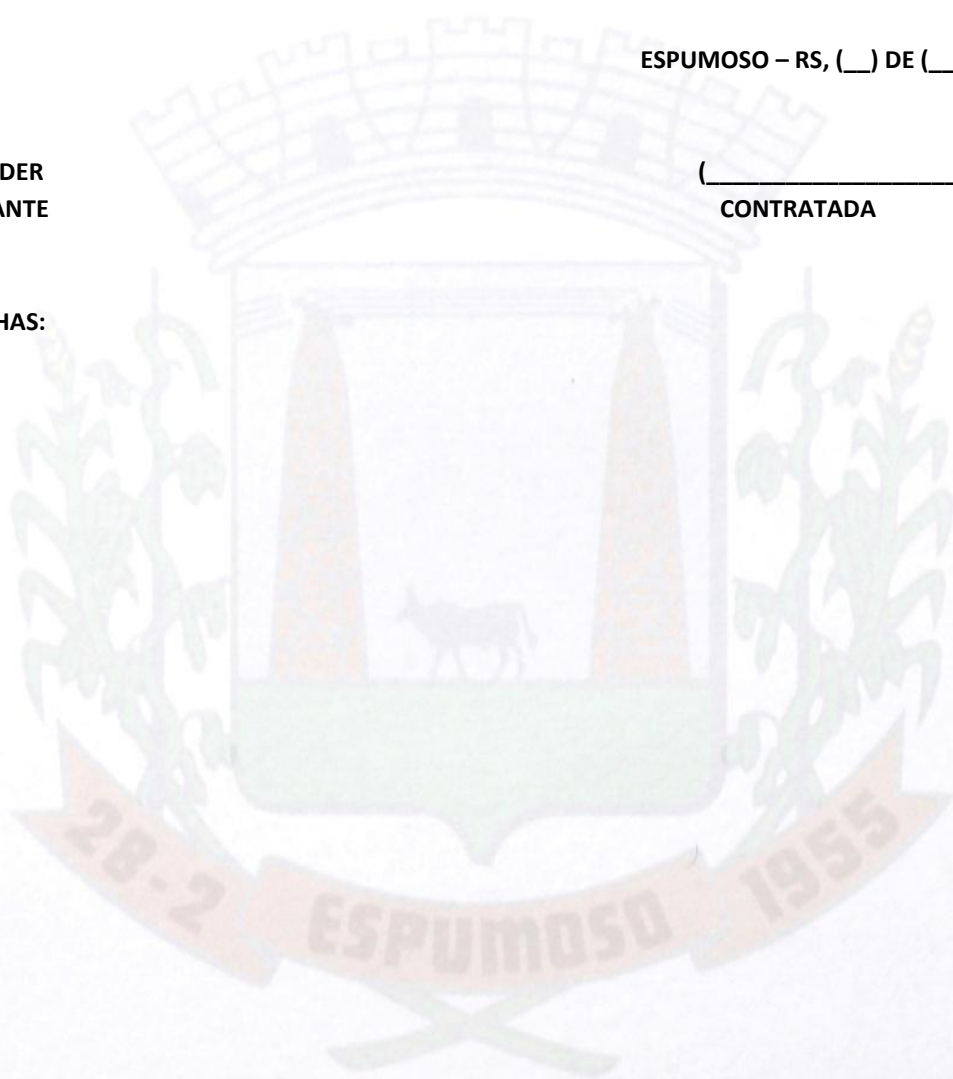
13.1. As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, obrigando-se, por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para o mesmo o foro da Comarca a que estiver jurisdicionado o Município **CONTRATANTE**, para a solução de todo e qualquer conflito dele decorrente.

ESPUMOSO – RS, () DE () DE 2015.

DERLY HELDER
CONTRATANTE

()
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:



• "Sentinela do Progresso." •

• Praça Arthur Ritter de Medeiros, s/n • CEP 99400-000 • Fone (54) 3383.4450/3383.4494 •

• E-mail: prefeitura@espumoso.rs.gov.br •



ANEXO II

DECLARAÇÃO

Ref.: Tomada de Preço – Edital 005/2015

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, **DECLARA**, para os devidos fins que se responsabiliza pela execução das obras e/ou serviços e pela fiel observância das especificações técnicas, contidas no Memorial Descritivo Anexo à **Tomada de Preço Nº 005/2015**.

.....

(data)

.....

(representante legal)



ANEXO III

DECLARAÇÃO

Ref.: Tomada de Preço – Edital Nº 005/2015

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .

.....
(data)

.....
(representante legal)